



PODER

Para o ministro, pedido e repasse de recursos da União têm de seguir princípios como o da transparência e o da rastreabilidade. Decisão impõe que pagamentos sejam liberados só depois que informações sobre a destinação sejam inseridas em página do governo

Dino determina que CGU audite as “emendas Pix”

» RENATO SOUZA

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, ontem, que a Controladoria-Geral da União (CGU) realize uma auditoria em todos os repasses de emendas individuais dos parlamentares ao Orçamento da União — as chamadas “emendas Pix”. A decisão foi tomada depois de audiência de conciliação sobre o tema, realizada na Corte.

Para o ministro, a indicação ou a destinação de qualquer recurso da União deve ter vínculo federativo — o que, na prática, significa que os congressistas só poderão indicar emendas para estados e municípios com os quais têm vínculos eleitorais. Dino considera que as emendas dos parlamentares devem seguir critérios de transparência e de rastreabilidade.

A CGU tem 90 dias para realizar a auditoria, mas adiantou que começará o procedimento imediatamente. A reavaliação tem como alvo emendas repassadas entre 2020 e 2024.

Dino determinou, também, que o governo federal só libere os pagamentos das emendas depois de os parlamentares inserirem no Portal Transferegov as informações sobre as transferências — como dados envolvendo plano de trabalho, estimativa de recursos e prazo para a execução dos valores.

PEC inconstitucional

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por 8 x 2, que é inconstitucional a emenda aprovada pelo Congresso, em 2022, que estabeleceu estado de emergência devido ao aumento do preço dos combustíveis e ampliou benefícios sociais a poucos meses das eleições — a chamada “PEC Kamikaze”. A decisão não tem efeitos práticos para os benefícios distribuídos a partir da norma, mas servirá como precedente para evitar a repetição de medidas que influenciem o processo eleitoral.

A ação foi ajuizada pelo partido

Gustavo Moreno/SCO/STF



Decisão de Dino refere-se a ação impetrada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

Regras para ONGs

A determinação do ministro alcança, também, que as organizações não-governamentais (ONGs) deverão seguir as mesmas regras de transparência e rastreabilidade quando atuarem como executoras

das emendas. “Nesse sentido, deve-se compreender que a transparência requer a ampla divulgação das contas públicas, a fim de assegurar o controle institucional e social do orçamento público”, frisou o ministro.

A decisão responde à Arguição de Descumprimento de Preceito

Fundamental (ADPF) 854, protocolada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). A entidade argumentou que o Congresso e o Poder Executivo não estão cumprindo a decisão do STF que colocou fim ao chamado “orçamento secreto” — pelo

qual emendas eram protocoladas e pagas sem regras de transparência, e cuja destinação dos recursos era igualmente pouco clara. Em dezembro de 2022, a partir de ação protocolada pelo PSol, a Corte entendeu que esse “orçamento secreto” era inconstitucional.

Novo. Prevaleceu o entendimento do ministro Gilmar Mendes, que votou pela procedência parcial da ação. Ele defendeu ser preciso “afirmar em tese que esse tipo de ingerência no processo eleitoral é inconstitucional” para ter uma regra contra situações que venham a ocorrer no futuro.

“Valeu uma vez, não mais. Senão, corremos o risco de aprimoramento desse modelo”, afirmou. Ele foi seguido pelos ministros Flávio Dino, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Luís Roberto

Barroso. “Acredito que ninguém entenda que esse pacote de bondades não teve influência eleitoral”, salientou Moraes.

Em dezembro de 2022, quando a ação começou a ser julgada no plenário virtual, o magistrado tinha acompanhado o relator André Mendonça, mas disse que decidiu mudar o voto a partir dos debates realizados na sessão de ontem.

Mendonça entendeu que houve perda de objeto da ação em razão do “exaurimento dos efeitos” da medida. Ele ficou isolado nesta posição. O ministro Nunes Marques também divergiu da maioria, mas por negar o mérito do pedido, apesar de considerar que não houve perda de objeto. O ministro Cristiano Zanin declarou-se impedido.

Bondades

A “PEC Kamikaze” foi articulada pelo governo de Jair Bolsonaro com sua base no Congresso. Aumentou o valor do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600 por mês, além de conceder uma bolsa-caminhoneiro de R\$ 1 mil e uma bolsa-taxista de R\$ 200 mensais até dezembro de 2022. A proposta incluiu, ainda, o reajuste do vale-gás para chegar a R\$ 120 (um botijão de 13kg) a cada dois meses.

O pacote de bondades ainda repassou R\$ 2,5 bilhões para garantir gratuidade no transporte público urbano para idosos e subsidiar o custo do etanol, com mais R\$ 3,8 bilhões. Todas as medidas valerem somente até o fim de 2022.



Esse tipo de ingerência no processo eleitoral é inconstitucional. (...) Valeu uma vez, não mais. Senão, corremos o risco de aprimoramento desse modelo”

Trecho da argumentação do ministro Gilmar Mendes

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Em xeque, o compromisso de Lula com a democracia

A posição de alinhamento do Brasil com México, Colômbia, Estados Unidos e União Europeia em relação à Venezuela começa a dar resultados positivos. Principalmente depois de a embaixada brasileira em Caracas passar a representar os interesses da Argentina, a pedido do presidente Javier Milei, e de os líderes de oposição Edmundo González e María Corina Machado agradecerem o posicionamento adotado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação à divulgação das atas de votação.

Brasil, Colômbia e México divulgaram uma nota conjunta, no início da noite de ontem, em que pedem a divulgação de atas eleitorais na Venezuela. A nota pede, também, a solução do impasse eleitoral no país pelas “vias institucionais” e que a soberania popular seja respeitada com “apuração imparcial”.

Ontem, o embaixador do Brasil na Organização dos Estados Americanos (OEA), Benoni Belli, reafirmou o princípio

fundamental de que a soberania popular deve ser observada “mediante a verificação dos resultados das atas”. E que espera a publicação dos dados apurados pelas mesas eleitorais por parte da CNE (a autoridade eleitoral venezuelana).

María Corina elogiou a posição do Brasil nas suas redes sociais e disse que a oposição está disposta a participar de uma negociação séria e urgente para que seja acordada uma transição política pacífica, que respeite a vontade dos eleitores venezuelanos. Ela e González, o candidato da oposição, estão escondidos para não serem presos por ordem de Nicolás Maduro.

“Agradecemos ao governo do Brasil sua disposição de assumir a representação diplomática e consular da República Argentina, a proteção de sua sede e residência, assim como a integridade física de nossos companheiros asilados na embaixada. Isso pode contribuir para o avanço do processo de negociação

construtiva e efetiva com o respaldo do Brasil”, disse María Corina.

Agora, quem busca a interlocução com o Brasil é Maduro, que se autoproclamou vencedor das eleições, com apoio das autoridades eleitorais — acusadas de fraudar o pleito de 28 de julho —, do parlamento e dos militares venezuelanos — cujas tropas estão nas ruas para reprimir os protestos. Maduro solicitou uma conversa com Lula, que está tendo um papel diplomático importante na crise, mas sofre desgastes na opinião pública por não romper com o presidente venezuelano e de dar declarações contraditórias sobre a situação do país vizinho.

A posição oficial do PT, que reconheceu de pronto a contestada vitória de Maduro, foi um desastre para a legenda, que está dividida. As pesquisas da Real-Time BigData mostram que confrontam um sentimento amplamente majoritário da sociedade, de que houve fraude

nas eleições (73%); de que a Venezuela se tornou uma ditadura (79%); e que Lula errou ao dizer que a situação era normal no país vizinho (73% discordam).

Liderança moral

Do ponto de vista diplomático, o Itamaraty se move com a competência de sempre. Enquanto a Venezuela está em marcha batida de um regime “liberal”, que já existia, para uma ditadura aberta, tudo o que Lula não precisa é perder a bandeira da democracia. Esse é o principal ativo de seu governo desde a tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro. A histórica relação do petismo com o chavismo, com Maduro no poder, tornou-se cada vez mais tóxica.

Entretanto, setores importantes do PT não pensam assim. Mantêm uma visão arcaica de que o modelo de capitalismo de Estado venezuelano seria uma espécie de antessala do socialismo bolivariano. De igual maneira, apostam em alianças anti-imperialistas, na qual o grande inimigo são os EUA. Imaginam que a crise venezuelana é uma situação revolucionária. Em termos estratégicos, não levam em conta a gravidade de um descolamento do Brasil do campo democrático ocidental, a partir do apoio incondicional ao regime de Maduro.

O historiador e cientista político Alberto Aggio, professor da Unesp, destacou que a erosão da democracia passa pelo “colapso histórico” de atores políticos. Segundo ele, por questões de política externa, nos casos de Venezuela e Ucrânia, e por incompreensão do que seja uma política de alianças ampla, “o PT se fixa, agora, como um dos colaboradores da erosão democrática que parece em curso entre nós”.

Segundo Aggio, “resta-nos tão somente o peso das instituições de Estado da Carta Constitucional de 1988 como garantia de alguma qualidade da nossa política”. De fato, foram essas instituições que garantiram a posse de Lula e a frustração da tentativa de golpe de 2023, mas subsiste um processo de “transformismo” político, no qual forças políticas centristas começam novamente a ser hegemônicas pela extrema direita, de baixo para cima.

A hegemonia política é uma construção que não envolve apenas a conquista e o exercício do poder estatal, mas, também, a liderança moral da sociedade. PT, PSDB e MDB perderam a bandeira da ética durante a Operação Lava-Jato, hoje nas mãos da oposição. Lula busca exercer essa liderança pela via do seu humanismo e do compromisso com a democracia. É isso aí que está em jogo.